

# PLANO DE AÇÃO DA IACA PARA 2020

## **I – Breve análise de 2019**

Num ano marcado a nível internacional pelas tensões comerciais entre os EUA e a China – mais recentemente entre os EUA e a União Europeia – e tentativas de protecionismo face ao tradicional multilateralismo, com grande instabilidade em diferentes partes do mundo, na linha do que aconteceu em 2018, o cenário europeu também foi relativamente conturbado, dominado pelo Bréxit, pela discussão do Quadro Financeiro Plurianual e as negociações para uma nova PAC, numa altura em que as prioridades de Bruxelas são, para além das migrações e da segurança, um grande foco nas alterações climáticas que irão ser transversais a todas as áreas da governação, e desde logo na economia e agricultura.

Uma Comissão e um Parlamento Europeu em final de Mandato, também não permitiram grandes alterações nos principais dossiers, esperando-se uma nova visão para esta Legislatura, pelo alinhamento político que emergiu das eleições europeias, em que se destacam o crescimento dos “verdes” e de partidos “*anti-sistema*” e dificuldades nos partidos ou blocos mais tradicionais.

Tal significa a necessidade de entendimentos mais alargados e a procura de consensos para a aprovação de legislação importante e com impacto no nosso Setor, com maior relevância para a situação e posições nos Estados-membros, em que estes tenderão a ganhar importância política para as decisões em Bruxelas.

Veja-se o que está previsto, por exemplo, na PAC, com os Planos Estratégicos Nacionais, ou que já acontece com a aprovação de OGM para produção (não ao nível na importação), o que poderá por em causa, entre outros aspetos, a afirmação do Mercado Único.

Numa altura em que os movimentos de cidadania ganham maior importância, com as petições para os mais variados dossiers, sem Mandatos fortes da parte do Conselho (Estados-membros), a Comissão terá muitas dificuldades em implementar a sua estratégia, perante um Parlamento Europeu agora “*menos alinhado*” e com um menor peso de representatividade, lá como cá, nas questões agrícolas e agroalimentares.

Um outro fenómeno, talvez mais do que nunca, face à amplificação da denominada “*emergência climática*”, acentuada pelas crescentes preocupações ou olhares mais atentos para a situação no Brasil e a floresta da Amazónia, os fenómenos climatéricos

extremos a nível mundial, foi o ataque à produção e consumo de produtos animais, quer na vertente da nutrição e saúde (carnes vermelhas ou produtos transformados), quer no impacto sobre o ambiente e mitigação do combate às alterações climáticas, sobretudo no setor dos bovinos.

Em Portugal, esteve em foco o RNC 2050 (Neutralidade Carbónica), o qual, se pode ter trazido para o debate algumas inverdades e desinformação, em particular no setor dos bovinos (leite e carne) teve a vantagem de nos permitir intervir e estarmos mais atentos a estes dossiers, para além da aposta na comunicação e um trabalho de parcerias e de coligações, seja em Portugal, ou em Bruxelas, com a criação de plataformas, de grupos de trabalho ou estratégias de mais inovação, investigação e desenvolvimento nos diferentes sectores e desde logo na área da Alimentação Animal.

Mais do que nunca, temos de ter dados e elementos, de forma a construir a nossa própria narrativa.

Comunicar, com factos e dados concretos, uma vez que a tradicional forma de comunicação, com base no peso económico e social dos diferentes setores, sendo importante, já não é suficiente para convencer os decisores políticos e opinião pública, sobretudo o que é veiculado através das redes sociais.

É esta alteração de paradigma que a Direção da IACA interiorizou em 2019, no quadro da Comemoração dos seus 50 Anos de existência, na linha da Visão 2030, e irá continuar para 2020, neste último ano do seu Mandato. Aliás, o estudo de reputação do Setor contem elementos muito importantes para o que deverá ser a estratégia da indústria da Alimentação Animal para o curto e médio prazo, sendo reconhecido, em Portugal e no plano global, que somos parte da solução.

A nível nacional, tivemos um ano de final de Governo, com eleições legislativas em outubro, sem grandes novidades ou reformas estruturais, com os receios de que os bons resultados económicos venham a ser postos em causa pela elevada dívida pública, pelo funcionamento de alguns serviços públicos ou falta de investimento, com as empresas a serem penalizadas por uma carga fiscal muito pesada, excessiva burocracia, uma legislação laboral demasiado rígida ou uma justiça demasiado morosa.

Finalmente, é justo salientar os 50 Anos da IACA e todas as atividades que integraram as Comemorações e que mereceram os maiores elogios de todos, associados e não associados, parceiros, nacionais e internacionais, e decisores políticos: desde a Reunião Geral da Indústria ou as Jornadas de Alimentação Animal, nos 25 anos da SFPM/SPMA, dedicadas ao tema do ambiente e sustentabilidade, ao Dia do Animal e o Dia da

Alimentação Animal, culminando com as reuniões da FEAC em Lisboa e o grande evento de 25 de outubro de 2019.

De destacar ainda a atribuição da Medalha de Honra da Agricultura à IACA pelo então Ministro Luis Capoulas Santos, que representa um tributo e uma Homenagem a todos os Associados da IACA e aos que nela trabalharam e deram o melhor de si, dirigentes ou colaboradores, desde a sua fundação, em 1969.

Estes foram os principais aspetos que condicionaram o desempenho da nossa Indústria e da Fileira pecuária em geral, dos quais se destacam:

Pela **positiva**,

- Apesar de situações de seca em Portugal e noutros países europeus, em que registámos no nosso País, o mínimo histórico na área de cereais, o mercado europeu e mundial esteve relativamente bem abastecido;
- As tensões comerciais entre os EUA e a China continuaram a marcar instabilidade e volatilidade, mas de um modo geral, os preços das principais matérias-primas estiveram relativamente “contidos”, sendo também relevante uma maior atenção dos EUA ao mercado europeu, quer da parte dos produtores de cereais, de soja e de outras matérias-primas, com o nosso mercado a ganhar maior dimensão e interesse;
- A situação da Peste Suína Africana na China e noutros países asiáticos, em que se registam abates de milhares de animais e menor oferta de suínos ou redução da procura de soja, com impacto quer nos preços das matérias-primas, quer nos suínos a nível do mercado mundial;
- A continuada resposta por parte da Comissão Europeia, num quadro de instabilidade no comércio internacional, de promover os produtos europeus em novos mercados, bem como a negociação de novos acordos de comércio livre, como foi o caso mais recente de Singapura;
- O esforço continuado da parte das autoridades nacionais, no sentido da abertura de mercados externos para os produtos agroalimentares e muito em particular na relação com a China;
- O alinhamento com a Administração Pública em muitos dossiers, designadamente da parte dos Ministérios da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e o do Mar, indo ao encontro de algumas das necessidades e reivindicações do Setor, sobretudo ao nível do QUALIACA e em alguma agilização no funcionamento das operações portuárias;
- Destaque igualmente para o processo de revisão das Práticas Individuais Restritivas do Comércio (PIRC) e a adoção da Diretiva relativa às chamadas

práticas comerciais desleais (UTP) que permitirão, no curto/médio prazo, reequilibrar o funcionamento da cadeia alimentar e as relações entre a produção, indústria e grande distribuição, com novas regras a partir de 1 de janeiro de 2020;

- A presença da IACA nos principais momentos e discussões no quadro da FEFAC e noutros fóruns internacionais, em matérias tão diversas como a revisão da Política Agrícola Comum (PAC), o Plano Europeu da Proteína, os alimentos medicamentosos, a resistência antimicrobiana, o dossier da soja sustentável e a Visão 2030, em particular o dossier da Sustentabilidade;
- A realização de eventos internacionais em Portugal (Preasidium e Comité Diretor da FEFAC) e os 50 Anos da IACA, com todas as múltiplas atividades, que muito prestigiaram a Associação, com destaque para a Medalha de Honra da Agricultura;
- A aposta na comunicação e o Dia da Alimentação Animal em mais de uma centena de escolas, que trouxe maior visibilidade à IACA e ao Setor da Alimentação Animal;

Pela **negativa**,

- Contrariamente ao ano anterior, em que se registou uma melhoria das condições climáticas, regressámos à situação de seca e aos incêndios, lembrando que as alterações climáticas são um fenómeno a que urge dar respostas;
- A continuidade do embargo russo, com as questões em torno da carne de porco, limitando as exportações de leite e carne de suíno, situação a que o mercado já se habituou, encontrando alternativas, mas sem esquecer que a Rússia também está a caminhar para a sua autossuficiência;
- A volatilidade dos preços do petróleo, com impacto nos custos da energia, na logística e igualmente no agravamento dos preços de algumas matérias-primas para a alimentação animal, em particular os cereais e DDGS;
- A relação euro/dólar, muito volátil devido à relativa desvalorização da moeda europeia, pese embora a promoção das exportações, não permitiu acomodar na sua totalidade, sempre que tal se verificou, a baixa dos preços das principais matérias-primas na origem;
- A continuidade da existência de surtos de Peste Suína Africana, em particular no Leste Europeu, mas também com focos na Bélgica, com as consequências negativas para o mercado da carne de suíno e o reforço das medidas de biossegurança em toda a Europa;

- A continuada estratégia de “*destruição de valor*” e as práticas abusivas da Grande Distribuição, com sucessivas promoções e baixos preços dos produtos de origem animal e, não raras vezes, sem cumprirem as regras de rotulagem e com falta de informação clara ao consumidor;
- A acentuada desinformação, sem qualquer base científica, quanto às consequências do consumo de leite, carnes vermelhas e de produtos transformados, na saúde dos consumidores, considerando estes produtos como potencialmente cancerígenos ou simplesmente aludindo ao seu consumo como constituintes de dietas pouco saudáveis, conjugado com o impacto da atividade pecuária no ambiente e nas alterações climáticas, sendo de destacar as preocupações e limitações em torno do RNC 2050, ou as infelizes declarações do Reitor da Universidade de Coimbra e as medidas de proibição da utilização de carne de bovino nas cantinas da Universidade a partir de janeiro de 2020;
- Os contínuos ataques ao Mundo Rural, sejam nas produções intensivas (azeite e olival, pecuária) ou no modelo existente em Portugal e que tem conduzido a aumentos de produções e na sua capacidade de exportação;
- A insuficiente resposta na abertura de alguns mercados externos e os elevados custos de contexto, essenciais para que as empresas se possam consolidar e ultrapassar as dificuldades criadas pelo mercado interno e pela competição internacional;
- As pressões de partidos que apoiam o Governo em proibir as importações de OGM ou a rotulagem de produtos com ingredientes de natureza transgénica, acompanhado de um continuado debate a nível da UE, e agora em torno das NBT, mas que os detratores da biotecnologia defendem que se tratam de novos produtos geneticamente modificados;
- A reputação do sector agroalimentar em geral, numa altura em que as entidades governativas, sobretudo a Direção-Geral da Saúde que tem reforçado a aliança com a Ordem dos Nutricionistas e outras entidades, que voltaram a “eleger” o açúcar, o sal e as gorduras como “*inimigos públicos*”, ignorando o esforço das empresas em fornecer produtos saudáveis aos consumidores e a aposta no compromisso e na autorregulação;
- As greves, nos Portos e dos camionistas (materiais perigosos), com consequências nefastas no Setor, quer no aprovisionamento de matérias-primas, quer no abastecimento de milhares de explorações pecuárias.

Em conclusão, apesar de algumas melhorias conjunturais, designadamente no sector dos suínos, com a situação na China e o aumento das exportações e dos preços de mercado, 2019 foi mais um ano complicado e difícil, com ausência de

respostas concretas, maiores limitações impostas pelo Ministério do Ambiente, em desarticulação com o Ministério da Agricultura, ao problema da burocracia e custos de contexto – que nos retiram competitividade interna e nos mercados internacionais, para além de alguns constrangimentos no aprovisionamento de matérias-primas para a alimentação animal, em quantidade ou qualidade.

Deste modo, com a continuada tendência de baixos preços de produtos animais na produção, em que a Indústria teve de absorver os agravamentos de custos, apesar de alguns ajustamentos de preços dos alimentos compostos ao longo do ano, os dados disponíveis da nossa amostra apontam para uma estabilidade da produção global, com os alimentos para aves relativamente estáveis, os bovinos (carne e leite) e os outros animais em alta (em torno dos 2% e dos 5%, respetivamente) e os suínos em quebra (3 a 4%), estes sobretudo devido a alterações de posicionamento nas empresas que atuam no mercado, cada vez mais concentrado e integrado.

Temos assim uma relativa estabilidade da produção de alimentos compostos em Portugal, na linha das previsões avançadas pela FEFAC para o conjunto da União Europeia.

## **II – Ações previstas para 2020**

No Projeto de Plano Orçamental enviado para Bruxelas em 15 de outubro, o Governo estimou que a economia portuguesa desacelere de um crescimento de 2,4% em 2018, para os 1,9% em 2019 e uma aceleração em 2020, para 1,9%. Conhecidas as previsões de outono da Comissão Europeia, esta avança com perspetivas mais otimistas, designadamente em 2019 (+0,1%), com Portugal a continuar a convergir com a União Europeia.

De facto, a Comissão Europeia projeta para Portugal, crescimentos do PIB de 2,0% em 2019, e de 1,7% em 2020 e 2021, acima da média da zona Euro e da Espanha. Quanto à inflação, os 0,3% previstos para 2019 poderão ir até 1,1% em 2020 e 1,4% em 2021 e na taxa de desemprego, mantêm o País numa trajetória positiva, diminuindo de uma taxa de 6,3% para 5,6% em 2021. O deficit será de -0,1% em 2019, de 0% em 2020 e de -1,0% em 2021, o ano da presidência da União Europeia (primeiro semestre).

No entanto, considerando as grandes linhas relativas a proposta de Orçamento de Estado para 2020, já conhecidas, tal como o do ano anterior, não parece que este seja o orçamento que o País precisa para que as empresas e a economia se fortaleçam,

apostando no entanto em maior investimento publico e, aparentemente, na promoção da Economia, em detrimento da austeridade e das cativações.

Preocupa-nos a rigidez no emprego e a promoção da contratação coletiva e a questão da caducidade dos CCT, bem como a fixação do salário mínimo, não tanto a questão dos 635,00 €, mas a indexação aos outros salários em termos de aumentos percentuais, entre os 5 a 6% e, sobretudo, o objetivos dos 750,00 € até final da legislatura, sem cuidar se as empresas e a economia tem capacidade para suportar estes níveis salariais e em particular no sector agrícola e agroalimentar, para além da dívida pública e da elevada fiscalidade.

Um orçamento que parece não promover a competitividade das empresas e o travão à desertificação e ao abandono do interior, numa altura em que se regista um abrandamento das exportações e aumento das importações, quando é sabido que a economia internacional, cada vez menos previsível, dá sinais claros de abrandamento e recessão em muitos dos nossos clientes, desde logo a Alemanha, a eventual instabilidade política e social em Espanha, França ou Itália.

Tudo isto para além do Bréxit e das divisões em torno do Orçamento da União para o período 2021/2027 e a contribuição de cada Estado-membro em termos de percentagem do PIB, o que afetará os fundos para Portugal, seja na coesão, na agricultura ou no desenvolvimento rural.

Preocupa-nos igualmente a orgânica do novo Governo e a formulação das políticas setoriais, designadamente a saída das florestas para o Ambiente e a perda da “Alimentação” no novo Ministério da Agricultura, receando-se uma perda de importância de quem nos “tutela”, em detrimento de outras áreas da governação, com destaque para o Ministério do Ambiente e das Ações Climáticas, o que significa que o ambiente e o combate às alterações climáticas, para além dos compromissos assumidos no quadro da neutralidade carbónica, irão ser transversais a todas as áreas da governação.

De Bruxelas, as tendências são as esperadas e certamente que a nova orgânica da Comissão Europeia terá influenciado o nosso modelo governativo.

O Acordo Verde que será lançado pela Presidente da Comissão Europeia nos primeiros 100 dias do novo executivo e uma PAC mais verde, um Comissário para as Ações Climáticas, com capacidade e poder de intervenção em todas as pastas da Comissão, desde a agricultura até aos acordos comerciais, bem como a saúde e proteção dos consumidores, indiciam uma estratégia clara e desafios a que o Setor tem de dar

resposta, mas igualmente cujas características e impactos os decisores também têm de conhecer e compreender.

Para já, a FEFAC enviou cartas de congratulações aos Comissários indigitados e as suas preocupações e estratégias que está a desenvolver tendo em vista compatibilizar ambiente, sustentabilidade e competitividade, na alimentação animal e no futuro da produção pecuária na União Europeia.

As preocupações face aos desafios existem, mas também a consciência de que se abrem novos caminhos de oportunidades.

Deste modo, numa linha de continuidade em relação a 2019, mas com reforço das parcerias que são a nossa matriz, os principais objetivos da IACA passam pela consolidação e reforço da atividade de representação da Indústria a nível nacional e internacional, e na divulgação das nossas propostas para o exterior, **centrados nos seguintes eixos:**

1. Reforçar e agilizar a ligação entre a IACA e os seus associados, ao nível dos contactos diretos (Grupos de Trabalho com técnicos das empresas associadas), para acompanhar dossiers relevantes para o Sector e preparar posições junto das autoridades nacionais e em Bruxelas), da informação disponibilizada (Informação Semanal, Revista “Alimentação Animal”, Anuário IACA, Newsletter, Notas de Conjuntura, INFO IACA, Circulares, o website, com novas funcionalidades e a simplificação da consulta da legislação) e na resolução de problemas que se colocam a cada empresa, com temas da atualidade.

Daremos continuidade, sobretudo num plano mais técnico, ao Programa de visitas às fábricas, integrando-as nos Projetos que temos em curso, para um melhor conhecimento dos problemas e das expectativas das empresas associadas, com a comunicação e difusão das conclusões destas reuniões através da Revista “Alimentação Animal”. Procuraremos abordar com mais frequência as empresas, com vista a perceber com que dificuldades e constrangimentos se deparam, por forma a dirigirmos a nossa ação com maior eficácia.

2. Reforço da Cooperação com as autoridades oficiais, designadamente ao nível da Agricultura, Economia, Ambiente, Saúde, Mar e Emprego, principais áreas com impacto para o nosso Sector, com destaques para o GPP, a DGAV e a APA. No quadro da investigação, desenvolvimento e inovação, serão privilegiados os contactos com o INIAV e as Universidades (ISA, UTAD, FMV,



ESA Santarém, ESA Coimbra, Universidade de Évora, Universidade do Porto), para fazer a ponte entre a investigação e as empresas, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos. A presença da IACA, enquanto representantes da FIPA em Comissões de Acompanhamento no quadro do Ministério da Agricultura, designadamente do PDR 2020 ou da Revisão da PAC pós-2020, potenciam essa lógica de cooperação e articulação, procurando resolver ou mitigar os problemas/estrangulamentos da nossa Indústria.

3. Reforço da articulação entre a IACA e as organizações a montante e a jusante do nosso Sector, ao nível das associações agrícolas (ANPOC e ANPROMIS – de que é exemplo a constituição do Clube Português dos Cereais Forrageiros de Qualidade ou o Centro de Competências CEREALTECH), de comerciantes e importadores (ACICO), pecuárias (representantes dos sectores das carnes, do leite e dos ovos) e da FIPA, consolidando a relação de Fileiras e criando um maior lobby e “*massa crítica*” junto das autoridades nacionais e internacionais na defesa dos interesses comuns: a defesa da sustentabilidade da produção nacional e do Mundo Rural, o equilíbrio no relacionamento com as cadeias de distribuição, a promoção da alimentação animal, da produção pecuária e do consumo de produtos de origem nacional, nos mercados interno e externo. Teremos o envolvimento na Estratégia de Promoção da Produção de Cereais, ou no Grupo Operacional “Efluentes”, entre outros, com a FPAS, FEPASA e INIAV, ou o Projeto Mais Coelho, em colaboração com o INIAV e Associações de Caçadores ou proprietários agrícolas e florestais, dando igualmente início ao Protocolo de Cooperação com o INIAV para que o Polo de Santarém seja efetivamente colocado ao serviço da Alimentação Animal. Na área mais ambiental, teremos em atenção as conclusões e orientações do PEFMED (medição da pegada de carbono) e a participação no RNC 2050 (Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica), promovido pela APA e as Melhores Práticas Disponíveis (BAT). No plano da Investigação, Desenvolvimento & Inovação (IDI) teremos o envolvimento no Projeto InovFeed, potenciando o Protocolo da IACA com o INIAV e o “*delegar*” no Setor a liderança das iniciativas de IDI na área da Alimentação Animal. Destaque ainda para a aprovação da candidatura ao Alentejo 2020, em que vamos promover o conhecimento e a sustentabilidade das empresas na região do Alentejo, como trampolim para todo o País, com destaque para as Fichas Técnicas e procura de matérias-primas alternativas e de produção nacional, valorizando igualmente o território.

4. Consolidar a imagem da IACA e as suas posições no plano internacional, em particular junto da FEFAC e da FoodDrinkEurope - potenciando a representação da Indústria em fóruns de interesse para o Setor e em Grupos Consultivos da Comissão Europeia (Grupos de Diálogo Civil), e no Parlamento Europeu - e junto da opinião pública, através dos media e do meio académico e universitário, intervindo em Jornadas, *workshops*, Seminários e Conferências, promovendo os interesses dos associados, a inovação e o conhecimento, tal como tem acontecido nos últimos anos, em que a IACA, para além de ter assento no Praesidium e Conselho da FEFAC, coordena Grupos de Trabalho relevantes. Refira-se o novo modelo de governação da FEFAC, a partir de junho de 2020, com a criação do Board, em substituição do Conselho e o reforço de órgãos como o Colégio dos Diretores-Gerais.
5. Reforçar o controlo das matérias-primas importadas de Países Terceiros, pese embora a Ação em Tribunal interposta pela ACICO, em representação dos comerciantes/ importadores, pelo que continuaremos a apostar no QUALIACA visando a sua consolidação no mercado, com os custos a serem suportados parcialmente pelos aderentes (o restante será assumido pela Associação), tal como já aconteceu em 2019. Reitera-se que este Projeto, bem acolhido pela Indústria e pela Fileira da produção animal, tem em vista o reforço da qualidade das matérias-primas, complementando o Plano de Controlo Oficial, e uma estratégia que permita potenciar uma nova relação com os nossos fornecedores, com maiores exigências contratuais.
6. Continuidade no processo de filiação de novas empresas e atividades no universo da alimentação animal, na sequência da alteração dos Estatutos de 2016, que se confirmou nestes últimos 3 anos, com a entrada de mais associados, sobretudo para a Seção de Pré-Misturas e Aditivos (SPMA). Esta estratégia reforçará o peso e o papel da Instituição como parceiro e a sua capacidade de intervenção na Sociedade, nos próximos anos, preparando-a melhor para os desafios do futuro.

**Para atingir estes objetivos, o Plano de Ação, que se reflete naturalmente na proposta de Orçamento para 2020, contempla um conjunto de iniciativas, das quais destacamos as seguintes:**

- Realização de eventos temáticos ao longo do ano, designadamente as Reuniões Gerais da Indústria e Workshops, mantendo o modelo de convites a representantes das autoridades oficiais que acompanham os diferentes

dossiers, de forma a compreenderem melhor as posições e necessidades da Indústria e dos seus associados.

- Face ao sucesso das edições anteriores, sobretudo a de 2019, que marcou os 25 anos da Secção, realizaremos, em colaboração com a SPMA, as IX Jornadas de Alimentação Animal, uma iniciativa que já se assumiu como uma referência e um ponto de encontro anual do Setor.
- Presença da IACA nos fóruns nacionais e internacionais a que está diretamente ligada, designadamente no âmbito da FIPA, GPP, DGAV, APA, FEFAC, FoodDrinkEurope e Comissão Europeia (DG AGRI, DG SANTE) e contactos ao nível da REPER, Parlamento Europeu e Comissão de Agricultura da Assembleia da República.
- Continuidade e reforço do papel do FeedMed, grupo de pressão constituído pela IACA/EUROFAC/ASSALZOO/CESFAC, representando Portugal, França, Itália e Espanha, constituído em setembro de 2017 e perfeitamente consolidado, cujo objetivo é defender em Bruxelas, nomeadamente no quadro da FEFAC, os interesses e especificidades dos países do Sul, face a pontos de vista, muitas vezes, divergentes dos blocos do Norte ou de Leste.
- Continuamos a assegurar a vice-presidência do Comité “Produção Industrial de Alimentos Compostos” e a representação da Indústria europeia nos Grupos de Diálogo Civil “Culturas Arvenses”, “PAC”, e “Acordos Internacionais da Agricultura”, no quadro da DG AGRI/Comissão Europeia, bem como a coordenação do Grupo PARE (Política Agrícola e Relações Externas) da FIPA, com participação nos Comités da FoodDrinkEurope, em particular o da Competitividade.
- Para além da presença nos Comités específicos da FEFAC, ao qual acresce a participação no Comité “Sustentabilidade”, a IACA continuará presente ao mais alto nível na estrutura dirigente da nossa organização europeia, agora num novo modelo de governação, para o qual muito contribuímos. A partir de junho de 2020, o Presidente da Direção fará parte do Board.
- No quadro da Contratação Coletiva de Trabalho, não tendo sido possível qualquer evolução, em termos de acordos com os Sindicatos ou a publicação da caducidade, com a ausência de resposta da DGERT e a Ação em Tribunal, temos uma proposta de acordo com alguns Sindicatos e que harmoniza os Contratos, acabando com os CCT regionais, simplificando e agilizando a contratação coletiva, aproximando-a, o mais possível, do Código do Trabalho.

- Acompanhamento do processo legislativo relativo à aprovação de OGM, quer para importação, quer para cultivo e a questão das Novas Técnicas de Melhoramento de Plantas (NBT).
- Acompanhamento das negociações da PAC, sobretudo a elaboração dos Planos Estratégicos Nacionais, bem como a proposta de negociação ou implementação de acordos comerciais
- Colaboração no Programa “Uma Só Saúde”, quer para ajudar a atingir o grande objetivo de redução ou utilização prudente de antibióticos na alimentação animal, quer na promoção da receita veterinária eletrónica, na defesa da utilização dos alimentos medicamentosos como um serviço de inegável valor prestado aos clientes, mas igualmente como uma ferramenta eficaz no controlo e redução do consumo de medicamentos, como uma das medidas de combate ao problema da resistência antimicrobiana. Destacamos igualmente a promoção da “desmedicalização” no setor da cunicultura, em que queremos assinar um acordo voluntário, tal como já assumimos com os suínos, que pretendemos monitorizar, promovendo uma discriminação positiva nos operadores que estiverem disponíveis e conseguirem atingir as metas definidas.
- Participação no Grupo Operacional do INIAV “Efluentes pecuários” e na Rede Inovar, no sentido de valorizar e divulgar a inovação e a investigação criando mais-valia e conhecimento para os seus associados.
- Criação de Grupos de Trabalho “ad-hoc” para a discussão de dossiers importantes para o futuro do Sector, em estreita ligação com a FEFAC, tendo em conta os interesses nacionais.
- Lançamento do Guia de Rotulagem de alimentos compostos para animais, tendo em conta as últimas alterações legislativas.
- Relançamento do curso de legislação aplicável ao setor da alimentação animal, em conjunto com a DGAV.
- Atualização e lançamento de uma nova versão do Manual de Boas Práticas “Testes de contaminação cruzada e de homogeneidade no fabrico de alimentos compostos para animais” da DGAV.
- Acompanhamento em conjunto com a DGAV e o INIAV, para além da cooperação com a FPAS e APIC, do dossier da Peste Suína Africana, face aos

casos que continuam a ocorrer em diferentes países da Europa e tomada de medidas para evitar a sua disseminação para Portugal.

- Continuação da dinamização da CT 37 com participação em Congressos e diferentes grupos de trabalho, tendo em vista um melhor conhecimento da sua atividade e da importância para a credibilidade da alimentação animal.
- Acompanhamento da revisão da legislação sobre os vários temas relacionados com a alimentação animal em discussão na UE, nomeadamente o Regulamento sobre higiene nos alimentos para animais (Regulamento (CE) nº 1831/2003), aditivos (Regulamento (CE) nº 1831/2003), com especial atenção às restrições de aditivos produzidos a partir de microrganismos geneticamente modificados, novos aditivos para alimentação animal e discussão da constituição de um novo grupo de aditivos (“melhoradores da condição de saúde”).
- Ação com a DGAV junto dos associados produtores de alimentos medicamentosos, no sentido de verificar os níveis de contaminação cruzada das diferentes substâncias farmacologicamente ativas no sector, com vista a estabelecer Limites Máximos admissíveis das mesmas, a nível nacional. Para além deste aspeto, importa promover e abordar a futura legislação sobre os alimentos medicamentosos junto dos associados, com Sessões de divulgação, autónomas ou integradas nos eventos da IACA.
- Continuação da colaboração no Projeto Mais Coelho.
- Implementação da Visão 2030 para a Alimentação Animal.
- Desenvolvimento do InovFeed & do Projeto no âmbito do Alentejo 2020, consubstanciando a aposta na inovação, investigação e desenvolvimento, como pilar essencial do Setor nos compromissos perante os desafios da Sociedade e na Comunicação.

Nesta perspetiva, atenta às dificuldades e aos desafios que têm caracterizado a evolução da indústria de alimentos compostos para animais, sobretudo nestes últimos anos, em que são constantes os ataques aos produtos de origem animal, com impacto negativo na Fileira pecuária e desde logo na nossa atividade, neste último ano de mandato, a Direção da IACA está consciente das dificuldades e das exigências, tendo como principal objetivo a aposta continua e reforçada nas parcerias e na dinâmica da nossa

Organização, alargando a sua base de apoio e capacidade de intervenção, quer na Fileira, quer junto dos responsáveis, políticos e Administração Pública.

Em Portugal e na cena internacional.

Na certeza de que, pela sua história e experiência de cinco décadas de existência, pela constante adaptação, capacidade de nos adaptarmos às diferentes realidades que foram surgindo e pela relação com as empresas associadas, bem vincada em 2019 com as iniciativas que lançámos, somos uma Associação com visibilidade, credível e respeitada, quer pelos nossos parceiros, quer pelas autoridades, seja em Portugal ou no quadro internacional, sobretudo na UE, no Brasil ou nos EUA, com quem temos excelentes relações institucionais, nomeadamente através da USSEC (soja) e do USGC (cereais).

Por isso temos sido chamados a intervir em inúmeras missões internacionais, colaborando igualmente no documento que a FEFAC aprovou em 2016, no seu Congresso, na Turquia, e que continuará a ser o nosso motor: a Visão 2030 da Indústria da Alimentação Animal, em que a segurança alimentar, o papel da nutrição animal e a sustentabilidade são os principais eixos na adaptação aos novos tempos, enquanto parceiros de confiança e gerando valor e conhecimento na cadeia alimentar.

É ainda de referir a Carta de Sustentabilidade que vai ser proposta para 2020 e que vai ser consubstanciada no Congresso da FEFAC, o que representa um patamar de compromissos ainda mais exigente.

Neste quadro de incerteza global em que vivemos, no último ano do nosso Mandato, para além do reforço e consolidação dos Projetos estruturantes (Alargamento e QUALIACA), e centrados na Comunicação, Formação e Informação, com uma vertente também estrutural, centrada na inovação, investigação e desenvolvimento (InovFeed), o que continuamos a garantir aos nossos Associados é ambição e vontade, de fazer mais e melhor, com coerência e espírito de Missão, tendo em vista a coesão da Indústria e a sustentabilidade da IACA, como grandes orientações estratégicas no médio e longo prazo.

De facto, os variados e prestigiados prémios que distinguiram a IACA em 2019, com destaque para a Medalha de Honra da Agricultura, por todas as razões que justificaram tão elevada distinção, mais do que um reconhecimento, representa uma responsabilidade acrescida e um nível de exigência que temos de manter perante os desafios da Sociedade que também nos abrem novas oportunidades.

Hoje e como sempre, na defesa dos legítimos interesses dos nossos Associados.

Lisboa, 22 de novembro de 2019

#### A DIREÇÃO

(aa)	José Romão Leite Braz	- Presidente
	António José M. Saraiva Landeiro Isidoro	- Vogal
	António Queirós Santana	- Vogal
	Ulisses Manuel de Assis Mota	- Vogal
	Avelino da Mota Francisco Gaspar	- Vogal
	Maria Cristina Guarda de Sousa	- Vogal
	João Vieira Barreto	- Vogal